



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NAS ESCOLAS
URBANAS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO
MUNICÍPIO DE ANCHIETA-SC: ANOS INICIAIS.**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Ivonete Recalcati

**Tio Hugo, RS, Brasil
2009**

**PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NAS ESCOLAS URBANAS DO
ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA-SC:
ANOS INICIAIS.**

por

Ivonete Recalcati

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM – RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional.

Orientador: Prof. Claudio Emelson Guimarães Dutra.

Tio Hugo, RS, Brasil

2009

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NAS ESCOLAS URBANAS DO ENSINO
FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA-SC: ANOS INICIAIS**

Elaborada por
Ivonete Recalcati

Como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Claudio Emelson Guimarães Dutra - Mestre em Educação (UFSM)
(Presidente e Orientador)

Mariglei Severo Maraschin - Mestre em Educação (UFSM)

Vantoir Roberto Brancher - Mestre em Educação (UFSM)

Tio Hugo, RS, 07 de agosto de 2009.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os envolvidos no processo da pesquisa, em especial aos pais dos alunos que foram fonte de inspiração para a elaboração do mesmo.

AGRADECIMENTO

Agradeço em primeiro lugar a Deus pelo dom da vida, pela motivação e consolo que encontro em Ti Senhor sempre que me deparai com situações difíceis.

A meu marido Ivanir José e meus filhos Luiz Felipe e João Vitor, por terem estado sempre presentes em todos os momentos da minha caminhada.

Às amigas Leonita e Lucia pelo tempo e esforços dedicados.

Ao orientador Claudio E.G. Dutra por ter sido companheiro e disposto a ajudar sempre que necessário fosse.

Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuida do saber que devo ensinar se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não ser o testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa, mas não desiste. Boniteza que se esvai de minha prática se, cheio de mim mesmo, arrogante e desdenhoso dos alunos, não canso de me admirar.

(FREIRE, 1997, p. 23)

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NAS ESCOLAS URBANAS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA-SC: ANOS INICIAIS

AUTORA: IVONETE RECALCATI
ORIENTADOR: CLÁUDIO EMELSON GUIMARAINS DUTRA
Tio Hugo, RS, 07 de agosto de 2009.

Essa pesquisa tem por objetivo responder por que e como se dá a participação dos pais de alunos das Escolas Urbanas Municipais da cidade de Anchieta, SC. Para a realização da pesquisa, foram distribuídos questionários para os pais dos alunos matriculados no Ensino Fundamental. A investigação foi desenvolvida no primeiro trimestre de 2009 e os dados coletados foram organizados em categorias para posterior análise. Primeiramente descreveram-se o diagnóstico da situação educacional do município de Anchieta, SC em que a pesquisa foi desenvolvida. E posteriormente, trata da literatura que aborda o tema da família para então apresentar os dados e algumas análises que revelam. Foram respondidos quarenta questionários, respostas estas submetidas a uma análise de conteúdo que objetivou ressaltar os conceitos selecionados. Para isso, o estudo fez um recorte de teorias que explicam a participação dos pais na escola. Foram analisadas as respostas dadas pelos pais ao questionário, quanto a sua participação e seu conhecimento acerca do conteúdo analisado.

Palavras-chave: gestão escolar, projeto político pedagógico, família e escola.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NAS ESCOLAS URBANAS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ANCHIETA-SC: ANOS INICIAIS. (THE PARENTS PARTICIPATION IN URBAN SCHOOLS OF FUNDAMENTAL EDUCATION IN THE DISTRICT OF ANCHIETA – SC: FIRST YEARS).

AUTHOR: IVONETE RECALCATI
ADVISER: PROF. CLÁUDIO EMELSON GUIMARAINS DUTRA.
Tio Hugo, RS, August, 07, 2009.

This research has like objective to ansuierwhy and how is make the parents participation proccess of the students of Urban Schools in Anchieta – SC. For this research be happening, there were delivered questionnaires to the student´s parents registered in Fundamental Education. The research was developed in the first trimester and the answers were organized in categories for posterior analysis. Innitially, it was described the educcational situation in the city of Anchieta- SC, where this research was developed. And, latelly, was introduced the literature that talks about the family, for, so, to star the answerings and some analysis that was exposed. They were delivered fourty questionnaires, and the answers were submitted to a content analysis that has like objective to emphasize the eclecticid concepts. For this, this analysis make a cutting of the teories that explain about the parents paticipation in the School life. It was analysed the answers given to the questionnaire by the parents, looking for their participation and their knowledge about this content.

Key-words: School administration. Politicizes Pedagogic Project. Family. School.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
1.1	Objetivo	12
2	DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA	13
2.1	A Educação no Município de Anchieta	13
2.2.1	Educação Infantil.....	14
2.2.2	Ensino Fundamental.....	15
2.2.3	Educação de Jovens e Adultos.....	16
2.2.4	Secretaria Municipal da Educação	17
3	SOCIEDADE QUE QUEREMOS	19
4	CURRÍCULO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	21
4.1	Função da Educação	23
4.2	Princípios e valores a serem desenvolvidos na Educação	25
4.3	Educação Ecológica	27
4.4	Ludicidade no Ensino	30
4.5	Espaço para o Projeto Pedagógico	31
4.6	Caracterização da proposta de gestão pedagógica	32
4.7	Reunião de Pais	32
5	AVALIAÇÃO	34
6	GESTÃO ESCOLAR	36
6.1	Um olhar sobre o processo de gestão escolar	40
7	RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA	42
8	PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	50
8.1	Apontamento sobre os procedimentos metodológicos	50
8.2	Dados da Pesquisa	51
8.3	O que revelam os dados	53
8.3.1	Sobre a participação e seus significados	54
8.3.2	A participação dos pais e a qualidade da educação.....	54
8.3.3	O trabalho do gestor escolar	57
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFÊRENCIAS	61
	ANEXOS	64

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi motivado pela inserção profissional da autora no Curso de Especialização em Gestão Educacional, na modalidade de Educação a Distância na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. O curso objetivou contribuir para o aprimoramento do trabalho pedagógico e administrativo dos gestores que atuam nas escolas públicas, numa perspectiva democrática. A gestão democrática é aqui considerada.

Como princípio da educação nacional e presença obrigatória em instituições escolares, constituindo-se no modo como a comunidade educacional se organiza coletivamente para levar a termo um **projeto político-pedagógico** de qualidade, ao mesmo tempo que contribui para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a transformação social. (SETTE; AGUIAR; SETTE, 2000, p. 01)

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem o propósito de buscar elementos que possam auxiliar na organização de um Projeto Político-Pedagógico de qualidade nas escolas do município de Anchieta-SC, que leve em conta a viabilização do direito à educação como um direito universal, tomando como foco o tema *Participação dos Pais nas Escolas Urbanas do Ensino Fundamental no Município de Anchieta-SC: Anos Iniciais*.

A família tem grande influência na vida do educando e, em grande parte das escolas, essa participação é limitada. Como compreender a causa do afastamento e a falta de participação na escola? Os pais entendem os processos de gestão e administração escolar? Por que não são utilizadas as reuniões de pais para também fazer com que eles conheçam e compreendem a ligação entre família e escola, considerando que é impossível falar em construção coletiva de um Projeto Político Pedagógico nas escolas sem trabalhar com a família?

Muitas mudanças ocorridas na sociedade, são frutos da modernidade como informática, a globalização que com novas tecnologias e novas maneiras de interpretar o processo de desenvolvimento, determinam novos olhares, das

instituições educacionais, principalmente. Nesta questão convém salientar o quanto é importante perceber a formação estrutural das famílias contemporâneas, analisar quais foram as mudanças que ocorreram tanto na sua formação, quanto na sua estrutura, como por exemplo, as questões que envolvem as mulheres, que adquiriram seu espaço no mercado de trabalho no decorrer da história, principalmente nos primórdios do século XX, haja vista, que na maioria das vezes eram elas que participavam das reuniões das escolas. Reuniões estas, que tinha quase sempre como pauta cobranças, queixas, comunicados e entrega de boletins.

Observando os problemas sociais como um todo, e atentos com os rumos da educação, se faz imprescindível buscar mediação por meio de atividades reflexivas e de uma administração escolar democrática voltada para as suas necessidades concretas e para a realização do ser humano.

A democratização da gestão é defendida como possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos nas escolas, gestores, professores, estudantes, assistentes técnico-pedagógicos, auxiliares de serviços e no apoio efetivo da comunidade às escolas implicando num processo de participação coletiva. Essa democratização nas escolas pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares e a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico.

Apesar da superficialidade com que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) trata da questão da gestão da educação, ao determinar os princípios que devem reger o ensino, indica que um deles é a gestão democrática. A LDB/96 em seu art. 14 define que os sistemas de ensino devem estabelecer normas para o desenvolvimento da gestão democrática nas escolas públicas de educação básica e que essas normas devem, primeiro, estar de acordo com as peculiaridades de cada sistema e, segundo, garantir a “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico das escolas”, além da “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. (BRASIL, 1996. p.20)

O importante para as escolas hoje, além de garantir a participação de toda a comunidade escolar, é deixar claro que cada um tem a sua função na educação e que todos devem se comprometer com a causa do ensino se fortalecendo.

Mutualmente escolas e famílias, enfatizando que a participação dos pais nas escolas é importante para as escolas e para os filhos. Pais e escola devem educar juntos (e não separados) para um bem maior. A criação de um verdadeiro cidadão, construtor de um futuro melhor para as próximas gerações, depende dessa aliança.

Nas próximas páginas apresentamos o diagnóstico da educação do municipais de Anchieta-SC em que o projeto foi desenvolvido, bem como o seu Projeto Político e apontar alguns elementos que caracterizam a gestão democrática, para então situar alguns aspectos histórico-sociais sobre a família e sobre sua presença/ausência na escola.

1.1 Objetivo

O presente estudo tem com objetivo avaliar a participação da família na escola. Para tanto, aplicamos questionários com os familiares dos alunos que freqüentam as escolas urbanas do Ensino Fundamental no Município de Anchieta-SC.

2 DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, SC

Anchieta – SC, tem uma área territorial de 228,58 Km². Nesta área vivem 7.133 pessoas, das quais, 4.690 na área rural e 2.443 na área urbana, segundo os dados estadísticos do Censo de 2008 realizado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O município está situado no Extremo Oeste Catarinense, na posição Norte. O Município de Anchieta fica a 740 Km da Capital do Estado (Anexo A), a altitude do município é de 720 m acima do nível do mar. (BRASIL, 2008)

Na agricultura as principais atividades desenvolvidas são: o cultivo do milho, feijão e fumo, além do plantio de cultivares para a subsistência dentre as quais podemos relacionar o cultivo da mandioca, batata e hortaliças em geral. Também crescem nos últimos anos no município a atividade leiteira, bem como, a criação de bovinos de corte.

Começa ser bem forte as discussões no município sobre o cultivo e a criação de alternativas, citam como exemplo, a produção de hortaliças, frutas orgânicas, a criação de animais crioulos, bem como o trabalho com as sementes crioulas. Também destacamos na agricultura a organização das agroindústrias e seus principais produtos, açúcar de cana, cachaça, conservas, criação e abate de frangos. Temos ainda uma agroindústria que abate e produz embutidos de carne.

Em se tratando das atividades desenvolvidas na zona urbana, salientamos a indústria moveleira, o trabalho com fibras, a fabricação de máquinas e madeiras compensadas. A produção destas indústrias destina-se ao consumo dentro do país e também para a exportação. As principais atividades desenvolvidas pelas pessoas residentes na zona urbana é o trabalho operário nas indústrias, o trabalho no comércio e as atividades autônomas ou pequenas empresas de prestação de serviços.

2.1 A educação municipal de Anchieta

O Sistema Municipal de Ensino de Anchieta compreende: Educação Infantil, que atende crianças de 0 até 06 anos de idade; Ensino Fundamental de oito anos,

Educação de Jovens e Adultos, com as turmas de Alfabetização, Nivelamento, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Analizando os dados dos últimos censos escolares realizados pelo Ministério da Educação, em 2007, (BRASIL, 000) constatou-se uma diminuição expressiva do número de alunos matriculados no Ensino Fundamental nas escolas municipais rurais. Essa diminuição está fortemente ligada ao enfraquecimento da agricultura familiar. A péssima valorização do trabalho rural, enfraquecendo assim as comunidades do interior.

Cabe salientar também um aumento na demanda pelas vagas da Educação Infantil, modalidade esta que até muito pouco tempo não era considerada “importante” por alguns pais. Este aumento verificou-se na zona urbana, razão esta que comprova mais uma vez o grande aumento do êxodo rural.

Ano após ano aumentam as matrículas na Educação de Jovens e Adultos. Esta demanda se verifica pela necessidade de um comprovante de escolaridade que o mercado de trabalho exige, também pela busca de realização pessoal que significa o ato de ler e escrever, em nossa sociedade letrada.

2.2.1 Educação Infantil

A Educação Infantil, em Anchieta é atendida exclusivamente pelo poder público municipal. Nesse ano de 2009, segundo Censo Escolar (BRASIL, 2008) contamos com 20 turmas, que estão distribuídas em 07 escolas com 353 educandos.

O trabalho com as turmas de Educação Infantil é efetuado por 19 professoras, todas do sexo feminino: 15 professoras com pós-graduação na área de atuação, 03 com graduação, 01 professoras com Magistério. Também contamos com 02 professoras que trabalham a Arte na Educação Infantil, ambas com pós graduação. O programa Arte na Educação Infantil, acontece em cada escola no período de 15 em 15 dias, quando a professora do programa vai à escola e trabalha com as turmas. Durante este trabalho a professora regente da turma planeja suas atividades para a quinzena. (dados da Secretaria Municipal de Educação de Anchieta-SC)

Na escola de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, localizada á Rua 1º de Maio, no Centro do município de Anchieta-SC, conta com 5 auxiliares que trabalham nas turmas de creche juntamente com a professora titular. Nesta escola

também há uma diretora de unidade escolar, duas merendeira e ainda duas auxiliar de serviços gerais.

2.2.2 Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental é atendido por 31 profissionais, que atuam, como coordenadores da turma, nas aulas de Artes, Educação Física e Espanhol. Destes 31 profissionais, 23 trabalham nas turmas de 1ª a 4ª séries. Quanto a formação destes profissionais as escolas contam com 01 professor com Ensino Médio, 05 professores graduados e 17 pós-graduados. De 5ª a 8ª séries trabalham na escola com 08 profissionais, habilitados na área da educação. Atende de 5ª a 8ª séries, nesse ano de 2009 tem 57 alunos distribuídas em 04 turmas uma de cada série.

A rede municipal de ensino, atende também 6 escolas do campo, unidades escolares localizadas no interior do município, nas chamadas Linhas ou Comunidades. Nestas escolas, devido o baixo número de alunos, não viabiliza o atendimento por série escolar como acontece nas escolas E.M.E.F. Xavantes, localizada na Rua Rui Barbosa, Bairro Xavantes e o Centro Municipal de Educação localizada á Rua 1º de Maio, no Centro do município de Anchieta-SC, funcionando então por turmas multisseriadas como por exemplo: 02 alunos de 1ª série, 04 alunos na 2ª série, 03 alunos na 3ª série e 05 alunos 4ª série, a professora, planeja aulas por turmas, mas ministra nas mesma sala de aula, com todas as séries e assim em Anchieta-SC tem um total de 277 alunos, (segundo dados na Secretaria Municipal de Educação, Anchieta-SC)

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental Xavantes há uma diretora de Unidade Escolar, uma merendeira e duas auxiliares de serviços gerais. Na Escola Centro Municipal de Educação contamos com uma diretora de unidade escolar, uma merendeira e duas auxiliares, bem como, junto a escola funcionam a Biblioteca Municipal com duas funcionárias com carga horária de 20 horas cada e o Laboratório de informática com um funcionário que atende aos alunos e a comunidade em geral, oferecendo cursos e também pesquisas na internet e digitação de trabalhos.

Nas demais escolas de Ensino Fundamental e Educação infantil para os trabalhos de limpeza e merenda a Secretaria Municipal de Educação repassa

recursos para a APP (Associação de Pais e Professores) da escola que utiliza conforme sua necessidade e organização.

A avaliação dos educandos é efetuada a cada bimestre, para a efetivação da mesma, contamos com o apoio do Projeto Série um programa de informática que auxilia no trabalho com os dados. As notas são atribuídas de 0,0 a 10,0. Os alunos que tirarem nota menor que 7,0, permanecem em recuperação. Em nosso município, no ano passado, constatamos um índice de repetência, segundo relatório escolar apresentados pela direção de cada unidade escolar, que gira em torno de 12%. A taxa de evasão escolar no ano de 2007 não existiu, principalmente devido ao programa APÓIA - Combate à Evasão Escolar, efetuado em parceria entre o Conselho Tutelar e a Escola.

Os professores do Ensino Fundamental têm garantido dentro de sua carga horária um período de planejamento das atividades, sendo este correspondente a carga horária (40 horas = 8 horas de planejamento, 20 horas = 4 horas de planejamento). Os profissionais que atuam nas turmas de 1ª a 4ª série possuem um turno de planejamento a cada 9 turnos de aulas dadas. Neste período os alunos freqüentam aulas de espanhol. Os profissionais que atuam nas escolas do Bairro Xavantes, E.M.E.F. Xavantes e Centro Municipal de Educação, possuem a cada 4 turnos de aulas dadas um turno de planejamento, pois nestas escolas atuam profissionais nas áreas de Artes, Educação Física e Espanhol.

2.2.3 Educação de Jovens e Adultos

No ano 2002, a partir dos dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Anchieta ainda possuía 11,31% de analfabetos, índice que colocava o município no vigésimo décimo oitavo lugar no Estado. Preocupados com este índice, no ano de 2007 firmamos parceria com o Governo Federal e organizamos 7 turmas do Brasil Alfabetizado em diferentes comunidades do município, no ano de 2008 organizamos 10 turmas do Brasil Alfabetizado, os educadores que trabalham nestas turmas são remunerados com os recursos do programa conforme o número de alfabetizando.

No NAES - Núcleo Avançado de Ensino Supletivo estudam os adultos que não completaram seus estudos na idade própria. Na Educação de Jovens e Adultos,

no Ensino Fundamental estudam alunos de 16 anos acima e no Ensino Médio os alunos de 18 anos acima. A taxa de alfabetização de adultos em Anchieta é de 88,7%, Censo 2008.

Efetuem sua matrícula nas turmas de alfabetização no caso de serem analfabetos, tendo aulas duas vezes por semana, o NAES no ano de 2009 conta com duas turmas de alfabetização e duas turmas de nivelamento. Nivelamento equivale a uma 3ª ou 4ª séries e é destinada à pessoas que por estarem anos (10 anos ou mais) sem estudarem em escolas, precisam fazer acompanhamento com professores referente à leitura, escrita, interpretação, cálculos e posteriormente serão avaliados para aí sim, serem encaminhados, se demonstrar no teste em questão, aptidão para freqüentarem as aulas por disciplinas (módulos) nas séries finais do ensino fundamental, nestas turmas estão matriculados os adultos que são analfabetos, que não concluíram as séries iniciais do Ensino Fundamental na idade própria, ou, que vem das turmas de alfabetização. Para ingressar na 5ª série, os alunos de nivelamento fazem um trabalho avaliativo ao qual a nota mínima para a aprovação é 8,0.

No Ensino Fundamental, de 5ª a 8ª séries, freqüentam as disciplinas, alunos que terminaram a 4ª série na escola regular ou o nivelamento no NAES que é uma parceria entre Governo Estadual e Municipal sendo que o município dispõe de dois professores coordenadores com 20 horas cada e um professor nas turmas de alfabetização com 20 horas e um professor nas turmas de nivelamento com vinte horas de trabalho.

2.2.4 Secretaria Municipal de Educação

Todos os setores acima citados, escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos, fazem parte da Secretaria Municipal da Educação que dispõe de Secretária Municipal, duas auxiliares de secretaria, bem como uma profissional que trabalham 40 horas para acompanhar o planejamento dos professores e organização do Tema Gerador do trabalho nas escolas, pois cabe também à Secretaria dar suporte à formação dos professores, ao andamento das escolas municipais, cuidar da aquisição e distribuição da merenda escolar, organizar o transporte escolar.

Temos o **Conselho Municipal de Educação** – trata de questões ligadas a todo o funcionamento da educação municipal, legislação, políticas educacionais. O Conselho Municipal de Educação, órgão consultivo e deliberativo, tem por finalidade consultar e deliberar sobre matéria relacionada com a educação e o ensino municipal.

3 SOCIEDADE QUE QUEREMOS

A sociedade almejada é aquela na qual haja justiça e igualdade, onde todos tenham seus direitos garantidos e, garantido o direito da permanência da diferença. “O respeito da diferença é essencial à solidariedade, que tem em conta os princípios básicos da vida marcados pela infinita diversidade dos comportamentos dos seres vivos.” (ASSMANN; SUNG, 2000, p. 257). Discriminação e racismo precisam ser banidos do mapa da convivência, a organização das pessoas em forma de grupos sociais que discutam suas necessidades e reprimam os atos que ferem a coletividade. Somente assim, haverá possibilidade de humanização das pessoas em torno dos ideais comuns,

Produzimos significados, procuramos obter efeitos de sentido, no interior de grupos sociais, em relação com os outros indivíduos e outros grupos sociais. Por meio do processo de significação construímos nossa posição de sujeitos e nossa posição social, a identidade cultural e social de nosso grupo, e procuramos constituir as posições e identidades de outros indivíduos e de outros grupos. (SILVA, 2003, p. 21)

Constituímos-nos em nossa convivência com os outros, porém, caracterizado por um sistema capitalista e globalizado, vivemos o individualismo do “quem pode mais chora menos”. A política neoliberal na educação, da propalada ‘qualidade total’ é o retrato fiel dessa ideologia dominante de hegemonia do mercado. “Não se trata mais de ‘preparar para a vida’, mas para a competição, violenta disputa por ‘um lugar ao sol’ e ingresso no clube dos consumidores, clientes ou fregueses” (AZEVEDO, 2001, p. 443). Poucas pessoas são capazes de serem solidárias, fraternas e humanas. A competitividade é vista por todos os lados e já não há grande preocupação com as conseqüências de nossos atos sobre os outros, porque nossas relações, em sua maioria já não são mais afetivas. Uma relação educativa pressupõe o conhecimento de sentimentos próprios e alheios que possibilitam a relação de convivência entre sujeitos.

Falta o exercício de amor, carinho, atenção e justiça. Falta a convivência cidadã do espaço público, da decisão conjunta do melhor para todos. Promover esses exercícios no espaço público da escola é um desafio, a falta dele acarreta problemas com o surgimento da agressividade, competitividade, comportamentos que evidenciam um desequilíbrio interno. O aspecto afetivo¹ tem profunda influência sobre o desenvolvimento intelectual, podendo acelerar ou diminuir o ritmo de desenvolvimento do indivíduo e do coletivo.

Se pensássemos em mudar a sociedade, sozinhos na relação solitária com o mundo, logo saberiam a impossibilidade de tal ato. Os sonhos são coletivos e a coletividade necessariamente democrática, pois, como entendia Freire, não somos meros expectadores da história que vai passando aleatoriamente, sem nossa interferência.

¹ A ternura é o cuidado sem obsessão: inclui também o trabalho, não como mera produção utilitária, mas como obra que expressa a criatividade e a auto-realização da pessoa. Ela não é efeminação e renúncia de rigor no conhecimento. É um afeto, que, a sua maneira, também conhece. Na verdade só conhecemos bem quando nutrimos afeto e nos sentimos envolvidos com aquilo que queremos conhecer. (BOFF, 1999, p. 188)

4 CURRÍCULO E A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Estamos vivendo em uma época de mudanças, com grande diversidade cultural, mas a forma limitada de vermos e pensarmos sobre o mundo, a natureza e os seres humanos. Marcou-nos profundamente, remeteram-nos também pela busca de espaços para novas descobertas, novas possibilidades.

A educação e o processo educativo transmitidos ao educando/a, sem proporcionar a construção do conhecimento, sem preocupar-se com os saberes dos/as educandos/as, é apenas um processo de memorização. O desafio para todos nós, especialmente para nós educadores/as, é de rompermos com esse processo mecânico de educação. Precisamos nos comprometer com o pensar e o fazer, e que caminho construir para o desenvolvimento de educandos/as mais questionadores e críticos.

Neste sentido, busca-se um currículo voltado a realidade do/a educando/a, às suas necessidades e da comunidade escolar. Precisa-se ter uma relação entre a teoria e a prática, considerando os saberes dos/das educandos/as, para que o processo seja de construção do conhecimento e não de cópia.

Assim, o currículo pode ser descrito como um projeto educacional, planejado e desenvolvido a partir de uma seleção da cultura e das experiências das quais se deseja que as novas gerações participem, a fim de socializá-las e capacitá-las para ser cidadãos solidários, responsáveis e democráticos. Toda a instituição escolar quer estimular e ajudar os alunos a compreender e comprometer-se com a experiência acumulada pela humanidade e, mais concretamente, com a sociedade na qual vivem. (SANTOMÉ, 1998, p. 07)

É partindo da realidade que os/as educandos/as vivem que os mesmos terão maior comprometimento com as experiências acumuladas. É necessário levar em consideração que existem diferentes classes de conhecimento e que cada uma delas é um reflexo de determinados propósitos, perspectivas, experiências, valores e interesses humanos.

No atual contexto educacional, nos deparamos com as seguintes indagações: porque há tanta insatisfação em relação à escola, demonstrada através de pais, alunos e professores/as? Entre tantas dificuldades buscam-se culpados e não possíveis soluções. Porém, sabe-se que a escola, segundo a lei, é para todos. Mas, o que presenciamos é uma escola excludente, desvinculada da realidade dos/as educandos/as, a falta de comprometimento dos/as educadores/as e a carência de apoio científico e pedagógico, faz com que os/as educandos/as das classes menos favorecidas fracassem e junto com eles/as suas famílias, o que é demonstrado através da evasão, repetência, desânimo, desinteresse e do individualismo.

Quando analisamos detalhadamente os conteúdos que são objetos de atenção explícita na maioria das instituições escolares e nas propostas curriculares, chama nossa atenção a presença abusiva das denominadas culturas hegemônicas. As culturas e as vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados, que não dispõem de estruturas importantes de poder, costumam ser silenciadas ou mesmo estereotipadas e deformadas para anular suas possibilidades de reação. (SANTOMÉ 1998, p. 12)

Além disso, a criança pobre sente-se em um ambiente onde nada foi criado e realizado para ela. Surgem muitas dificuldades: de acesso/localização, gastos escolares que prejudicam a manutenção do orçamento familiar, a forma com que os/as professores/as organizam o conhecimento e a escola reforça a hierarquia social (classes, as profissões, etc.). Também é importante considerar que a escola sempre serviu e priorizou os considerados “melhores”, que a educação dos pobres é resultado da padronização e pensada pela elite.

Considerando que a escola reforça a hierarquia social, optamos por uma escola que auxilie na descoberta/construção de possíveis soluções para aquilo que lhes parece não haver soluções, uma escola que perceba as desigualdades sociais, culturais e econômicas e que esteja aberta às mudanças, às sugestões e à participação. Isso significa que a sociedade pode mudar a escola, participando, colaborando, agindo. E, daí sim, a função da escola, a transformação social.

Está posto o desafio de encontrar maneiras de promover a presença da manifestação da cultura no cotidiano da sala de aula e articulá-las na vida do coletivo da escola, incluindo o educando, os educadores e a comunidade. Cultura e currículo são, sobretudo, relações sociais. Valorizar saberes e a cultura das comunidades que são trazidos para a escola pelos próprios alunos, e buscar na

própria comunidade o conhecimento das pessoas e suas experiências de vida sobre religiosidade, crenças, costumes, práticas ligadas ao cultivo e cuidados com a terra, no passado relacionando com o presente.

É essencial que a comunidade e a escola tenham envolvimento efetivo e comprometimento, a fim de que tenham conhecimento de tudo o que se passa na escola. Para isso, se faz necessário que as famílias dos/as educandos/as venham acompanhar o/a educando/a em todas as atividades escolares, como: reuniões, palestras, acompanhando e incentivando os/as educandos/as nas outras atividades extra-escolares.

4.1 Função da Educação

A transformação da realidade e a busca constante da construção dos conhecimentos devem começar dentro da própria família, e expandir-se no ambiente escolar com a abordagem para a resolução de problemas locais em primeiro lugar partindo para a realidade compartilhada e vivida por diversas pessoas fora do espaço escolar.

A educação também tem como função proporcionar aos educandos o seu desenvolvimento pleno. Isso implica repensar e embasar a prática em princípios, valores e virtudes que a sociedade, com sua efetiva participação, elege como essenciais para construir a sociedade que queremos. Tendo isso bem claro, podemos definir o currículo, voltado à realidade social em que o educando está inserido, proporcionando a ampliação do conhecimento.

Vivemos uma realidade em que o individualismo, o “salve-se quem puder”, está em alta. Uma visão reducionista e específica, que não possibilita perceber um outro jeito de relação social. O projeto neoliberal vem reforçando sua ideologia de diversas formas, levando a pensar que esse projeto é o único possível e viável. Cabe a educação, no dia-a-dia construir um novo projeto de sociedade, onde é possível a coletividade, a solidariedade, a esperança da transformação, desenvolvendo a sensibilidade social.

A especialização ou especificação reduz em partes, deixa uma lacuna entre a realidade social e o objeto de estudo, perde-se a visão global, enfraquecendo a percepção real e visão crítica da realidade. A não compreensão da realidade leva ao

enfraquecimento da solidariedade, a não sentir o vínculo com os demais e a não responsabilidade da transformação social.

É essencial que a educação venha de encontro da realidade social, na qual a escola está inserida. O objeto de estudo (situação, conteúdo) da realidade local(micro), proporciona a percepção ampla e global, buscando saídas para a transformação dessa realidade. Através dessa forma de trabalho desenvolve-se a autonomia, o interesse, a responsabilidade e a solidariedade. Aspectos esses, indispensáveis para se viver bem numa sociedade mais humana.

Lembrando Boff (1999), é função de a educação conceder o direito de cidadania a nossa capacidade de sentir o outro, de ter compaixão com todos os seres que sofrem, humanos ou não humanos, de obedecer mais a lógica do coração, da cordialidade, da gentileza, do que a lógica da conquista e do uso utilitário das coisas. Para conceder o citado direito a cidadania é preciso compreender que o ser humano depende das relações e se torna humano não porque está determinado a responder um programa pré-estabelecido, mas ele se faz e se desenvolve junto com os outros membros da sociedade, cresce física, psíquica, intelectual e moral.

A maneira individualista e egoísta de viver não ajuda em nada a nos desenvolver e nem a desenvolver a sociedade. A auto-suficiência é uma ilusão e torna as pessoas desumanas e agressivas.

Para desenvolver-se como ser humano alguns princípios são indispensáveis como: compreender a ética como preocupação pelas conseqüências das próprias ações sobre o outro, este outro em convivência comigo diante de mim; que a ética é fundamentada no amor; ética e espiritualidade vem juntas; temos que ampliar nossa consciência de pertença e que a espiritualidade amplia a consciência de pertença; termos consciência que na nossa cultura, usamos mais a razão para esconder ou negar nossas emoções; não há visão do outro se não for ampliada a experiência de pertença de modo que outro fique incluído no mundo de alguém; a ética, pode-se desenvolver a partir da reflexão frente aos outros sobre a conduta adequada, dentro do contexto social, político e econômico; o objetivo da ética profissional é a realização da pessoa humana através do trabalho; o princípio ético, verdade que é uma propriedade da nossa coerência e da nossa linguagem.

Outra questão a ser discutida como função da escola é o tempo livre, que desde a Grécia antiga havia uma preocupação com o ócio. Para os estudiosos o

tempo livre era tempo de dedicar-se a si mesmo e para outros, era tempo de frustrações e vícios, o que predominou nos últimos séculos e ainda persiste.

A partir da Era Industrial, o tempo livre tornou-se instrumento a ser usado pelo consumismo desenfreado e não mais para as reflexões intelectuais, encontro com familiares, amigos, consigo mesmo e outros.

Todos são responsáveis: pais, entidades sociais, administração pública, empresários, escola em promover atividades culturais, recreativas, bem como lugares adequados ao lazer familiar que possibilitam integração, socialização e construção de conhecimentos, pois o tempo livre é responsabilidade, envolvimento de todos os segmentos da sociedade, os alunos nas discussões dos problemas que lhes são mais próximos, podendo assim transforma-los em mulheres e homens críticos, que serão os responsáveis pela construção de uma sociedade sem desigualdades sociais.

4.2 Princípios e valores a serem desenvolvidos na Educação

Fazem parte do processo educativo e é necessário enfatizar a sua importância, bem como aprofundar os conhecimentos de todos os atores do processo. Referindo-se ao limite, disciplina e autonomia, Beltrão (2000, p. 58) salienta que:

O objeto da punição escolar é a inobservância das leis que regulam o cotidiano, o desvio da norma, a inadequação ao modelo, o afastamento do considerado como padrão. E a justiça disciplinar que se instaura na escola exige obediência a uma espécie de lei de duas faces que indica o que é o normal. Normal é a conformação, ao mesmo tempo, a uma lei moral (a um “deve-se” regulamentar) e a uma lei natural (a um “é-se” regular). Em função dessa normalidade, os exercícios, na escola, são propostos considerando a sua adequação à capacidade do aluno: o estágio evolutivo (próprio da natureza) do estudante, por um lado, e a complexidade (próprio da natureza) do objeto de estudo, por outro. E, inserindo-se entre essas duas ordens “naturais” de desenvolvimento (evolução e complexidade), os regulamentos operam fixando prazos e padrões de aprendizagem que devem ser obedecidos (calendários, regimentos, programas, planos) e sua inobservância exigem castigos específicos.

Portanto, para que haja relações de aprendizado mutuo face-se necessário uma adaptação escolar no seu Regimento; precisa constar bem claro a maneira que irá instigar o aluno a refazer suas atividades (tarefas, temas, atitude) de forma que

não o deixe constrangido, pois para Beltrão “O castigo disciplinar visa produzir menos a culpabilidade e o arrependimento e mais a conformidade, a adequação do comportamento ao modelo escolhido como padrão” (2000, p 58).

“O espaço educacional [...] deve ser vivido [...] no encanto do ver, ouvir, cheirar, tocar e refletir que permite ver, ouvir, cheirar, tocar o que há ali no olhar que abrange o seu meio ambiente e o situa adequadamente.” (MATURANA, 2000 p. 17). É possível construir uma nova sociedade, uma nova família, através da educação, da escola? É preciso equilíbrio, bom senso, respeito, diálogo aberto, tanto na família como na escola para que as crianças aprendam e se sintam motivadas a lutar por um mundo melhor. Despertar a confiança da criança para com os pais e o (a) professor (a) para que ela tenha com quem contar nas suas horas de angústia. É preciso criatividade e amor no ato educativo.

Vibrar com cada conquista, com cada descoberta do aluno é um privilégio não só do aluno como do educador/a. Com sua sensibilidade e afeto, o (a) educando (a) pode viabilizar o conhecimento e estabelecer novas formas de interação e aprendizagem.

A criança que ousa que desafia, que luta, ousa ser diferente, lutará por seus direitos por toda a vida, é nessa perspectiva o professor deve buscar alternativas significativas para trabalhar seu meio, no seu espaço escolar e social. Diante dos fatos que ocorrem na sociedade e na vida de cada aluno trazido para a sala de aula, a punição e desvio de assunto geralmente nega ao aluno a oportunidade de sanar a curiosidade e o inibe de formar sua própria opinião, sobre o assunto.

Para McLaren (1997, p. 250): “Os professores frequentemente ensinam a teoria em sua forma acabada em vez de guiarem o aluno através do complexo processo de elaborar idéias”. A autonomia se conquista através do respeito mútuo. No entanto, escola não é a única instância educativa, mas tem o papel de criar experiências de aprendizagens reconhecidas pelos sujeitos envolvidos, através do reconhecimento da corporeidade, criação de sensibilidade solidária entre os envolvidos no processo.

Na arte de educar o/a educador/a deve sempre ser criativo, inovando assim a sua prática, as suas atividades diárias, para que as crianças sintam prazer em realizá-las. Assim, será possível perceber a evolução da percepção, da observação e da aprendizagem na construção dos conceitos científicos. Pois as crianças imaginam, percebem e se expressam com mais liberdade do que os adultos,

desenvolvendo atos específicos que influenciam diretamente na aprendizagem. E a arte de criar amplia os conceitos que já existem, amplia a atenção, as invenções e movimentos.

É de muita responsabilidade tudo o que o/a professor/a diz e faz principalmente em sala de aula, ela deve oportunizar que seus alunos falem a respeito de suas vivências, do dia-a-dia, pois a criança percebe as reações do/a educador/a quanto as suas explicações.

Percebemos que os meios de comunicação (mídia) têm o poder de agir no jeito de ser e pensar das pessoas onde o diferente tende a ser anulado, seus desejos, suas idéias, suas ações são reprimidas prevalecendo à padronização. O que se vê e o confronto de valores, sendo assim, exigem-se cada dia mais o exercício da boa convivência, saber lidar com as diferenças (gênero, raça, classe social, etnias), tendo consciência que vivemos em um dos países de maior diversidade cultural e racial do mundo, devido a diversas imigrações e misturas de raças. O desejável é que as mudanças aconteçam através do entendimento mutuo, pelo dialogo compreensivo e a pluralidade cultural deve ser a ponto central na esfera educativa deixando de ser um problema e tornando-se riquezas a ser explorado, proporcionando ao aluno o desenvolvimento de atitudes de respeito a outras culturas e classes sociais.

4.3 Educação Ecológica

Fruto de um processo histórico de desenvolvimento e construção do conhecimento equivocado que desconsiderou a necessidade do equilíbrio ambiental, na atualidade, muitos são os problemas de ordem sócio-ambiental. Esta gravidade na questão enfocada que pode ser traduzida pela destruição dos recursos naturais, substância fundamental à existência de todas as formas de vida, não pode ser ignorado pela educação, posto representar vida e sobrevivência de todos os seres vivos.

Em que pesa a importância da educação ambiental ser desenvolvida em todos os locais possíveis, a escola é um espaço privilegiado para a gestação de uma nova consciência ambiental planetária, sobretudo, pelo papel irradiador que pode desempenhar e pelo reconhecimento que tem da sociedade.

Outro aspecto importante, que deve estar no centro dos objetivos da criticidade nos educandos. Sem esta capacidade não conseguirão perceber a relação existente entre os fatos e nem as contradições existentes na sociedade. Nas palavras de Medina (1994, p. 18):

A educação ambiental como processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e eliminação da pobreza extrema por um lado e do consumismo desenfreado, por outro. A educação ambiental visa a construção de relações sociais, econômicas e culturais capazes de respeitar e incorporar as diferenças (minorias étnicas, populações tradicionais), a perspectiva da mulher, e a liberdade para decidir caminhos alternativos de desenvolvimento sustentável respeitando os limites dos ecossistemas, substrato de nossa própria possibilidade de sobrevivência como espécie.

Destaca-se a necessidade de que o homem conheça o mundo em suas múltiplas e variadas formas para que assim possa compreendê-lo e modificá-lo. Por isso, a educação ambiental é muito mais que algumas ações e reflexões no campo apenas da biologia.

Gadotti (2000), defende que a educação ambiental deve ser individual e coletiva e ter o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações. É o tal do pensar globalmente e agir localmente, ampliando para o pensar e influenciar globalmente agindo cotidianamente no meio onde se vive.

É comum ouvir-se pessoas e até colegas educadores, afirmarem que a realidade é assim mesmo e que, por exemplo, não é possível viver na agricultura e plantar, sem uso de agrotóxicos. Para Freire (1997, p. 31), esse discurso de educadores é sinal da “ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal e que anda solta pelo mundo”.

A idéia de que a questão ambiental só pode ser trabalhada em algumas disciplinas, ou fora da sala de aula é uma idéia presente no universo de pessoas que tentam trabalhar com educação ambiental na escola, essa idéia é reducionista, acaba inviabilizando a educação ambiental na escola, pois a mesma deve ser um processo interdisciplinar.

Um passeio no campo ou em uma propriedade pode ser muito rico no ponto de vista pedagógico, mas não é a única maneira de trabalhar esta questão. Pois a educação ambiental vai muito além do passeio no campo, é criar hábitos com as crianças, é aprender que não podemos riscar a carteira, jogar lixo no chão, a reciclagem, a seleção do lixo reutilizável, dentre outros que podemos citar.

Para resolvermos os problemas locais devemos começar ensinando as crianças, no dia-a-dia as conseqüências que o meio ambiente poderá nos devolver pela falta de respeito para com ele. Precisamos ser melhores todos os dias. Isso é um compromisso na luta em defesa da natureza. Podemos iniciar esse processo fazendo tratamento de água, coleta e reciclagem de lixo, saneamento básico, reflorestamento, consumo de alimentos ecológicos, redução do lixo, etc.

As atividades de educação ambiental e suas múltiplas dimensões são muito ricas para a educação do seres humanos em relação ao meio onde vivem. Ao estarem conscientes de que é preciso cuidar para não perder, aprenderemos todos a importância de criar hábitos de cuidados com o meio ambiente onde vivemos. Em relação a isso, temos que estar conscientes e nos engajarmos na luta contra a idéia de lucro, dos interesses que estão em jogo, quando falamos de meio ambiente.

Os interesses em jogo são muito grandes em uma economia globalizada. Ninguém está disposto a abrir mão de uma ínfima parte sequer de sua parcela de lucro, até porque não se pode esquecer que a sociedade em que vivemos hoje é regida pela "ética do lucro", do "progresso sem limites e a qualquer preço". (NOAL, 2000, p. 10)

É preciso ter em mente que nos dias atuais, quando pensamos em ecologia devemos considerar:

- Que nós seres humanos também somos parte do meio ambiente.
- As complexas relações de interdependência entre os diversos elementos da natureza na qual o homem se situa.
- Que o homem é capaz de conhecer e transformar a natureza, atribuindo-lhe significados e valores que se modificam ao longo da história;
- Que o homem não se relaciona com a natureza apenas como indivíduo, mas principalmente como meio e por meio do trabalho e de outras práticas sociais, que, portanto, tal relação tem dimensões econômicas, políticas e éticas.

Fazer educação ambiental é também revelar os problemas ambientais. Além do amor à natureza e do conhecimento de seus mecanismos, é preciso aprender a fazer valer nossos ideais com relação aos destinos da sociedade em que vivemos e do planeta que habitamos.

Os caminhos da educação ambiental são alternativas possíveis para a construção de um Brasil ecologicamente viável e com menos desigualdades sociais. Sua luta espelha-se na participação crítica, na vontade de transformar uma realidade oprimida, e de, atrevidamente, tentar libertar um sujeito aprendiz.

4.4 Ludicidade no Ensino

Com a Idade Moderna, os espaços e tempos começaram a ser divididos: espaços para o trabalho. E, nesses espaços encontramos crianças com a necessidade de brincar para se desenvolverem mais e melhor. Por isso precisamos pensar e repensar estes espaços e na criança que está crescendo e se desenvolvendo.

O lazer é um elemento muito importante para o ser humano. As ações de que se brinca geralmente são físicas, mentais, afetivas, violentas, de cooperação e de competição. Inicialmente, para as crianças, as ações são prioritariamente físicas e vão se tornando cada vez mais complexas em termos de habilidade cognitivas, emocionais e sociais.

Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais (LOPES, 2006, p. 110)

Tanto o trabalho quanto o jogo deveriam responder as grandes necessidades orgânicas, funcionais, sociais e existenciais da criança e do adulto, com a mesma carga de emoção e do prazer. Privados de sua infância. Redução do espaço físico e do tempo livre, existem meninos que vivem submetidos ao temor da guerra inventada pelos adultos. Muitos trabalham muito cedo ou são obrigados a mendigar e até roubar.

Através da ação, a criança busca intermediar o real e o impossível via imaginação. Saber jogar, é mais do que poder mostrar algumas brincadeiras e jogos para as crianças, é sentir prazer no jogo.

Na escola, a visão tradicional de conteúdos, impede a criança de adquirir determinadas habilidades, principalmente na educação infantil. A criança precisa brincar, pois o brinquedo é a construção continua livre e espontânea, através do qual a criança conquista sua primeira relação com o mundo exterior. O brinquedo é um instrumento que tenta transformar angústia em prazer.

É importante discutir com as crianças, os processos de constituição histórica, lingüística, cultural e social dos comportamentos e das relações de poder, de gênero, para que elas possam entender este processo na sociedade. A mídia coloca músicas com forte apelo sexual, inclusive coreografias, elaboradas para a exibição do corpo feminino, no campo do erotismo e da sedução. Precisamos fazer o contraponto dessas e de outras questões trazidas para a escola, para o espaço escolar.

A pedagogia não deve ser entendida como uma simples aplicação de técnicas ou domínio de habilidades, mas como uma prática cultural e social, construída a partir da realidade e construindo o conhecimento, buscando aprender e aperfeiçoar-se sempre mais. Entendendo que a aprendizagem é um processo e, como processo em construção, deve ser lúdico e prazeroso, para que a criança sinta prazer em aprender.

4.5 Espaço para o Projeto Pedagógico

Para garantir o pleno funcionamento das escolas, existe uma forma de regimento interno, denominado Plano Pedagógico, o qual é elaborado por professores, direção, funcionários, Conselho Deliberativo Escolar, Grêmios Estudantis e a APP (Associação de Pais e Professores) e Secretaria Municipal de Educação, os quais, coletivamente, embasados na teoria e na prática cotidiana escolar, formularam normas internas, assegurando direitos e deveres de cada membro da comunidade escolar, vistos como suporte legal para a escola amparar-se e segui-las.

O maior desafio das escolas, entre outros, é promover, na prática cotidiana das comunidades local e escolar, a efetivação de um projeto inovador e que atenda ao interesse coletivo. Além da participação de toda a comunidade escolar, deve-se também buscar a interação com a comunidade local, sendo que esta engloba o entorno social de uma escola, seus vizinho em sentido amplo.

Garantir a participação de todos os segmentos é fundamental para o sucesso escolar e social. São esses espaços de discussões que possibilitam trabalhar com idéias divergentes na construção do projeto educativo.

4.6 Caracterização da proposta de gestão pedagógica

Em nossas escolas as decisões tendem a ser, geralmente democráticas. Trabalhamos a partir do *Tema Gerado*, metodologia freiriana. Todo ano, vamos a campo, fizemos as pesquisas com as famílias e ouvimos as falas dos educandos. Selecionamos as falas mais significativas, retiramos dela os elementos a serem trabalhados em sala de aula. Elegemos um Tema Gerador, um contra tema, a questão geradora e esquematizamos a rede temática que irá nortear o trabalho durante o ano letivo, a nível local, micro e macro, ou seja, na visão do mundo infantil, a nível do educando (adulto) e a nível social e cultural.

4.7 Reunião de Pais

As reuniões são realizadas com a participação de pais sempre que houver necessidades, onde são discutidos assuntos como freqüência, rendimento escolar, conceito, participação da família na escola, promoções culturais e sociais e outros assuntos do cotidiano escolar.

No calendário escolar feito juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, que contempla todas as escolas do município, consta um dia para Assembléia Geral, com a participação de toda a comunidade escolar, geralmente realizada no mês de março, com objetivo de expor a todos os interessados assuntos como: prestação de contas, situação financeira da escola, investimentos, normas,

apresentação dos professores e demais funcionários, encaminhamentos de atividades/projetos, transporte, sugestões.

Também são convidadas pessoas que gostariam de prestar serviços voluntários na escola como ajuda na conservação do patrimônio escolar, organização da horta e a participação do clube de mães para auxiliar na cozinha quando há atividades culturais nas escolas ou outros eventos promovidos pelas escolas.

Portanto, a realizações de reuniões são vistas como um instrumento fundamental para a prática da democracia na escola, pois elas possibilitam articular, socializar informações, discutir e tomar decisões sobre questões pedagógicas, administrativas, financeiras e culturais, sendo, portanto, um espaço muito importante para a construção do sucesso de toda a comunidade escolar e local.

4 AVALIAÇÃO

Historicamente a avaliação desempenhou diferentes papéis, os quais estiveram em consonância com aspectos sociais, políticos e econômicos de cada etapa do desenvolvimento da educação e como atividade institucionalizada. Com os diferentes olhares referentes ao processo da avaliação, a articulação dos objetivos, conteúdos, métodos, meios e fins, procuram-se avaliar todo o processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, é fundamental refletirmos sobre os novos desafios da avaliação, a fim de avançarmos em direção a uma educação de qualidade democrática para todos, (novo aqui entendido tanto no sentido do que é recente quanto daquilo que se caracteriza por sua atualidade) (VASCONCELLOS, 2005, p.19).

A avaliação, por sua vez ocorre em todos os momentos, servindo para alimentar o processo, não assumindo, por tanto, um caráter classificatório, mas sim formativo, propiciando o desenvolvimento pleno, crítico, significativo para a formação consciente e de caráter cidadã. A avaliação ocorre de maneira paralela contínua e de processos, visando avaliar conjuntamente, alunos/professor.

Considerando que a avaliação tem o propósito formativo e questionador, é necessário refletir sobre o porquê da avaliação. Deve-se, então, avaliar todo o processo, registrando o desenvolvimento do educando (a), pois o registro é um importante instrumento, ajudando a qualificar o processo educativo.

Em síntese, a mudança da avaliação é fundamental para que não deixe atrapalhar a prática pedagógica e ajude a qualificá-la. Através de uma avaliação autêntica, o professor pode exercer sua atividade com amorosidade crítica, localizar efetivamente onde está o problema e lutar para superá-lo (inclusive nele mesmo: auto-avaliação), cumprindo a função radical da avaliação de aumento de potência de vida dos educandos e educadores. É grande o desafio: porém como dizia o poeta, ' tudo vale a pena quando a alma não é pequena. (idem, p. 23).

Não podemos nos utilizar da avaliação como um instrumento penalizador, classificatório e excludente, com o objetivo de nota ou de conceito (o estudar para a prova), mas sim, para aprender, se tornando atividade prazerosa, de fortalecimento

e crescimento pessoal e do grupo, para tornar-se um cidadão participativo. Que este conhecimento adquirido possa ser-lhe útil no dia-a-dia, que consiga interpretar os problemas, as pegadinhas e estruturas dos exames de vestibulares. Que as crianças aprendam bem cedo, através de emancipação humana, não deixando que, como diz Vasconcellos (2005, p. 22) a lógica dos exames contamina toda prática pedagógica desde a Educação Infantil. E, ele nos diz mais ou não: “a criança sempre muita viva e inteligente, aprende que o mais importante na escola, são os testes, as provas e as notas”. Devemos nos utilizar da avaliação para melhorar o todo, respeitando a realidade do aluno e suas diferenças.

A avaliação é um processo contínuo na prática pedagógica. Toda a avaliação deve ser considerada um pressuposto para novas aprendizagens. Ensinar, aprender e avaliar são momentos distintos mas não separados, todos com o propósito: avaliar a metodologia, bem como outros instrumentos do trabalho. Pais, Escola e Comunidade devem andar juntos, visando melhorar o processo educativo. Se a avaliação busca o conhecimento, pretende-se comprovar o que o aluno já sabe e que há um encontro entre um contexto de formação e pessoas que querem chegar a um entendimento comum, consistindo na aprendizagem, oferecendo alternativas para um projeto solidário, de libertação humana, partilhando o conhecimento com o/a outro/a possibilitando a aprendizagem do sujeito e dele/a tornarem-se melhor a cada dia.

6 GESTÃO ESCOLAR

Temos a convicção de que a educação vem buscando a transformação da sociedade e conseqüentemente da escola, através da participação e da construção da autonomia e da cidadania.

Não é apenas com a intenção da mudança que as escolas municipais de Anchieta-SC estão se organizando e pensando novos rumos para a educação, mas para uma escola democrática e cidadã. Estamos pensando na qualidade da educação e principalmente, nas nossas crianças, sujeitos do processo de ensinar e aprender.

A gestão democrática da educação, esta associada à organização de idéias e ações que se pautem pela participação social, em diferentes momentos como:

- Nas políticas educacionais;
- No planejamento de todas as ações;
- Nas decisões tomadas;
- No uso de recursos;
- Nas deliberações coletivas;
- Na avaliação da instituição.

A democratização da educação se concretizou com a aprovação na Constituição Federal em 1988 - CF/88, que estabeleceu princípios para a educação brasileira, dentre eles, obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática. Sendo estes normatizados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) – LDB/96 que estabelece e regulamenta as diretrizes gerais para a educação e seus respectivos sistemas de ensino.

A LDB/96 dispõe sobre a competência da União de elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE), resguardando os princípios constitucionais e, inclusive, de gestão democrática. O PNE foi aprovado pela Lei nº 10.172/2001, com duração de dez anos.

No âmbito educacional, a gestão escolar tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares visando garantir processos de participação e de decisão coletiva.

Analisar a gestão da educação, seja ela desenvolvida na escola ou no sistema municipal de ensino, implica refletir sobre as políticas de educação. Isso porque há uma ligação muito forte entre elas, pois a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas (BORDIGNON; GRACINDO, 2000, p. 147).

A democratização da gestão é defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na escola, gestor, professores, estudantes, assistentes técnicos pedagógicos, auxiliares de serviços e no apoio efetivo da comunidade às escolas, como participante ativa e sujeito do processo de desenvolvimento do trabalho escolar.

Nesse sentido, a gestão democrática da educação requer mais do que simples mudanças nas estruturas organizacionais; requer mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma Proposta Educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é comumente vivenciada. Ela precisa estar para além dos padrões vigentes, desenvolvidos pelas organizações burocráticas. A gestão escolar deve ser vivenciada nas escolas como forma de se tomar decisões, colocando em relevo a efetiva participação de todos no processo de ensino e aprendizagem dos educandos.

A função de diretor escolar no Brasil tem se constituído, historicamente, uma função burocrática. O diretor é aquele que, em geral, responde às instâncias superiores do Sistema de Ensino (Secretarias Municipais e Estaduais), dando conta do que se passa dentro da escola. É do diretor a incumbência de gerenciar o interior da escola e verificar se os professores e funcionários estão executando “eficientemente” as determinações das Secretarias.

Conforme apontado por Lück (1998, p. 13), gestão escolar:

[...] constitui uma dimensão e um enfoque de atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino orientadas para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos, de modo a torná-

los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade globalizada e da economia centrada no conhecimento. (LÜCK 1998, p. 13),

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva. A sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola.

Segundo Bordignon; Gracindo (2000, p. 147), essa nova forma de administrar a educação constitui-se num fazer coletivo, permanentemente em processo. Processo que é mudança contínua e continuada. Mudança que está baseada nos paradigmas emergentes da nova sociedade do conhecimento, que, por sua vez, fundamentam a concepção de qualidade na educação e definem, também, a finalidade da escola.

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva, como também coletiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. Implica a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. Nesse sentido, a participação pode ser implementada e se realizar de diferentes maneiras, em níveis distintos e em dinâmicas próprias no cotidiano escolar.

Para que a mesma ocorra da melhor forma possível, as escolas e os sistemas de ensino precisam criar mecanismos para garantir a participação dos pais, alunos e professores e toda comunidade escolar no processo de organização e gestão dessas instâncias educativas.

Segundo Padilha (2001, p. 63):

Planejar, em sentido amplo, é um processo que “visa a dar respostas a problemas, através do estabelecimento de fins e meios que apontem para a superação, para atingir objetivos ante previstos e prevendo necessariamente o futuro”, mas sem desconsiderar as condições do presente as experiências do passado, levando-se em conta os contextos e os pressupostos filosóficos, cultural, econômico e político de quem planeja e de com quem planeja.

Padilha (2001, p. 102) afirma que “pensar o planejamento educacional e em particular, o planejamento visando ao projeto político pedagógico da escola é, essencialmente, exercitar nossa capacidade de troca de decisões coletivamente”.

Assim, entendemos que a democratização começa no interior da escola, por meio da criação de espaços nos quais professores, funcionários, alunos, pais etc. possam discutir criticamente o cotidiano escolar e participar coletivamente do processo. Acredita-se que o resultado do processo de planejamento será influenciar e provocar transformações nas instancias e nos níveis educacionais que, historicamente, têm ditado o como, o porquê, para que, o quando e o onde planejar.

Dessa forma a participação só será efetiva, se os agentes que compõem essa comunidade conhecerem as leis que a regem, as políticas governamentais propostas para a educação, as concepções que norteiam essas políticas e, principalmente, se estiverem engajados na defesa de uma escola democrática que tenha entre seus objetivos a construção de um projeto de transformação do sistema autoritário vigente. Cabe a escola, no cumprimento do seu papel e na efetivação da gestão democrática, não só criar espaços de discussões que possibilitem a construção do projeto educativo, por todos os segmentos da comunidade escolar, como consolidá-los como espaço que favoreçam a participação.

Para que a tomada de decisão seja partilhada e coletiva, é necessária a efetivação de vários mecanismos de participação, tais como: o aprimoramento dos processos de escolha para o cargo de diretor, a criação e a consolidação de órgãos colegiados na escola – conselhos escolares e conselhos de classe – o fortalecimento da participação estudantil por meio da criação e consolidação de grêmios estudantis; a construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola; a redefinição das tarefas e funções da associação de pais e mestres na perspectiva de construção de novas maneiras de se partilhar o poder e a decisão nas instituições. É nessas direções que se implementam e vivenciam graus progressivos de autonomia da escola.

Assim, participação é compreendida como a organização e gestão cujo objetivo é criar as condições e os mecanismos para que os diferentes sujeitos sociais possam atuar e interferir nos diferentes espaços de decisão e responsabilização das unidades escolares. Significa reconhecer que na escola todos têm contribuições e saberes para compartilhar e que todos os processos realizados nos espaços da escola são vivências formativas e cidadãs.

Portanto, para que a participação seja uma realidade, são necessários meios, ações e condições favoráveis, ou seja, é preciso repensar a cultura escolar, o local e os processos normalmente autoritários de distribuição do poder no seu interior. Enfim, a participação é um processo permanente, a ser construído coletiva e diariamente.

6.1 Um olhar sobre o processo de gestão escolar

Ao se proceder uma análise crítica do programa de aplicação do princípio da gestão escolar democrática nas escolas públicas se percebe que isso é uma exceção. Isto porque poucos Estados, e um número ainda expressivo de Municípios, têm de fato avançado no que tange à democratização das decisões no campo da educação.

Estes Estados e Municípios, embora ainda sejam poucos, têm feito valer o entendimento de que a educação, sendo considerada um direito de todos o cidadão, têm como contrapartida necessária o dever do poder público em oferecê-la gratuitamente a toda a população. Mantendo as condições de funcionamento das instituições educativas, para que sua oferta de ensino seja satisfatória em qualidade e quantidade.

O envolvimento da população em geral, de forma organizada e representativa, além daqueles diretamente interessados, profissionais da educação, aluno e pais nas decisões e questões educacionais é obtido por meio da criação de órgãos coletivos de decisão, conselhos e /ou colegiados.

Tais encaminhamentos democráticos vêm gerando propostas político-pedagógicas da mais alta qualidade técnica-científica no campo da educação pública.

No que se refere aos recursos financeiros e das questões administrativas e pedagógicas, a solução para a melhoria da gestão escolar pública, muitas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação desresponsabilizam-se quanto ao fornecimento às escolas de recursos necessários, de todos os tipos, que possibilitam o funcionamento regular das mesmas.

O que fundamenta este conjunto de decisões políticas é o pressuposto de que os recursos públicos para a educação são necessariamente escassos.

Por esta razão, e a partir deste pressuposto, cabe as direções das escolas, que assim demonstrarão sua “competência gerencial”, juntamente com os pais dos alunos em suas associações, buscar fontes alternativas para suprir a “natural” defasagem dos recursos públicos descentralizados para as escolas.

A melhor maneira que a gente tem de fazer possível amanhã alguma coisa que não é possível de ser feita hoje é fazer hoje aquilo que hoje pode ser feito. Mas se eu não fizer hoje o que hoje pode ser feito e tentar fazer hoje o que hoje não pode ser feito, dificilmente eu faço amanhã o que hoje também não pude fazer. (FREIRE, 1997, p. 26)

Como atualmente vivemos um momento de conquistas democráticas. Com isso, a gestão escolar incorporou, em seu campo teórico e prático, os elementos norteadores de sua efetivação nas instituições de ensino e na sociedade em geral. À luz de novos paradigmas e ação educacional foi percebida como um processo cultural-político e técnico-pedagógico, que tem por função social a construção e distribuição dos conhecimentos significativos para a construção da cidadania.

7 A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

Analisar a família e o relacionamento entre seus membros é uma atividade complexa, que requer uma minuciosa observação, uma vez que a rede familiar está inserida num contexto sócio-histórico e sofre influências de problemas oriundos do ambiente externo, que influem direta ou indiretamente na rotina da família e transparecem na relação com os filhos, podendo assim aliviar tensões ou ampliá-las. (WEIL, 2001). Pensar família implica em considerá-la histórica e socialmente, seus costumes, cultura, origens e daí vem a complexibilidade em fazer está análise mantém-se impossível nos julgamentos e enfrentamento desse grupo tão importante, que é a família.

A relação entre família e escola é atualmente uma das questões mais discutidas, pois a grande dúvida é saber os limites entre os deveres da família e os da escola. Como se sabe, não é a escola e sim a família que proporciona as primeiras experiências educacionais à criança.

A família é o primeiro grupo destinado essencialmente ao cuidado da vida, pois é nesse grupo que os relacionamentos entre pais e filhos permitirá ou não uma boa formação de identidade e auto-estima. Os pais também fornecem aos seus filhos bases psicológicas e é no lar que as pautas culturais e sociais são aprendidas, por isso a tarefa da família (pais) é de vigiar o comportamento, reações a fim de acompanhar o desenvolvimento e fazer as devidas correções necessárias e se necessário, procurar ajuda de especialistas.

Devido às mudanças na família e a participação das mulheres no mercado de trabalho, a criação dos filhos ficou cada vez mais aos cuidados de instituições extrafamiliares como: berçários, creches e escolas. Com essas modificações, espera-se que a escola assuma, além da função de desenvolver o potencial da aprendizagem, também a função de educar valores. Às expectativas dos pais ao procurarem uma escola passou a ser mais exigente sendo que os mesmos buscam encontrar uma escola que corresponda a suas ideologias e valores. Isso nos leva a

refletir que, a grande maioria dos pais pode encontrar-se com ansiedade em assegurar aos filhos uma boa posição na vida e ingresso nas universidades para obter bom êxito profissional e financeiro.

De acordo com Outeiral; Cerezer (2003), a escola e a educação estão sem definição de como conciliar suas necessidades de uma sociedade em mudança permanente (com contestação, transformações e mudanças de paradigmas e valores) a uma proposta educacional que prepare o homem do futuro.

A realidade é que a maioria dos educadores atribui aos pais a origem dos problemas e acusam como fator às mudanças na família. Assim entre escola e família ocorre uma confusão de papéis, cobranças para ambas instituições. O que parece ocorrer uma incapacidade de compreensão por parte dos pais a respeito daquilo que é transmitido pela escola e por outro, uma falta de habilidade dos professores em promover comunicação.

Martins (2005), acrescenta que os docentes enfrentam dificuldades de ensinar a aprender, isto é, desconhecem muitas vezes, como os alunos pode aprender os processos que devem realizar para que seus alunos adquiram, desenvolvam e processe mas informações ensinadas e aprendidas em sala de aula. Nessa reflexão, é necessário enfatizar que a escola é constituída por “pessoas” e que possuem sentimentos, frustrações, realizações, ou seja, a vida particular além da profissional e que essas “pessoas” se comportam melhor ou pior em determina das situações, refletindo assim, na escola.

A responsabilidade de educar não pode ser só atribuída à família ou a escola, pois se a família atua de forma profunda e durante mais tempo, a escola oferece condições especiais para influir sobre o educando, pela formação especializada de seus elementos. A família e a escola são parceiras em relação à educação dos filhos; pois nenhuma das duas pode substituir totalmente a outra, tornando-se assim necessário o bom relacionamento entre ambas, contribuindo cada uma com a sua experiência e respeitando as exigências de cada uma para que se possa evitar que o educando sofra as conseqüências.

É importante que a família desempenhe papel-chave nas instruções ou transmissão de valores da cultura para a criança. É através da participação efetiva nos eventos diários da família que se espera que a criança aprenda a valorizar a propriedade, a lei e a ordem, a respeitar os direitos e sentimentos alheios.

As expectativas são as de que a escola dê continuidade à educação, pois esta realiza melhor função quando pode ampliar e aprofundar a educação já iniciada pela família.

Como dizem Mantandon; Perrenoud (2004), “de uma maneira ou de outra, onipresente ou direta, agradável ou ameaçadora, a escola faz parte da vida cotidiana de cada família”.

A relação família – escola é a mais conflitante, porque apesar de ambas terem como objetivo central a educação de uma criança, os papéis de cada uma devem ser diferenciados durante este processo. A família, de maneira generalizada, delega algumas obrigações da educação do filho à escola e ao professor, eximindo-se do seu papel fundamental de parceira da instituição de ensino na educação da criança. Os professores, frente a essa nova obrigação, se vêm forçados a responder pelo comportamento positivo ou negativo do aluno, além de se preocupar com o programa curricular, provas, exercícios etc. (CECCON; OLIVEIRA; OLIVEIRA. 2001).

Infelizmente, alguns pais não se conscientizam da importância do apoio deles junto à instituição escolar do filho e não conseguem ver que a escola possui outros objetivos a serem desenvolvidos em seus filhos. Isso não quer dizer que a escola não deva se preocupar com o desenvolvimento afetivo e as relações de vínculo desenvolvidas pelos alunos, mas de forma diferente da família a escola utiliza critérios específicos para avaliar o desempenho, a maturidade e desenvolvimento desta criança.

São essas peculiaridades que os pais não conseguem internalizar. Ao deixar seus filhos na escola, os pais passam toda a responsabilidade de educação desta criança aos educadores e à instituição e caso o filho apresente um comportamento “inadequado”, os pais culparão a escola, os professores, os colegas, mas nunca colocarão a culpa em si mesmos ou assumirão o fato de contribuir para algumas atitudes do filho.

A escola, por sua vez, também procura subterfúgios para “escapar” da culpa pelos possíveis fracassos escolares de seus alunos, entre as desculpas mais freqüentes está a de culpar os pais pela falta de tempo no convívio com os filhos, fato que acaba gerando alunos com problemas de aprendizagem e relacionamentos.

Este julgamento de causa se faz sem considerar que o fundamental para a escola, professores e pais é descobrir algo concreto para ser apontado como causador desses problemas de aprendizagem, que prejudicam as crianças e aos adolescentes.

Tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem as suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto, ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo. (PAROLIN, 2003, p. 99).

O que podemos observar é que a escola e a família, cada qual com seus valores e objetivos específicos na educação de uma criança, constituem um organismo intrínseco, onde quanto mais diferentes são, mais necessitam uma da outra. Dessa forma, cabe a toda sociedade, não só aos setores ligados à educação, transformar através de pequenas ações o cotidiano da escola e da família, para que esta compreenda a importância dos objetivos traçados pela escola, assim como o seu lugar de co-responsável neste processo.

É fundamental e urgente essa transformação, para que não só os alunos, mas a família e a própria instituição possam estabelecer um elo de cooperação entre si. Entretanto, esta cooperação só será efetiva, caso os pais compreendam que a escola não deve exercer a função moral da família. Seria necessário, então, que a escola promovesse projetos de conscientização junto às famílias de seus alunos, salientando a importância do dever de cada um no desenvolvimento da criança e que embora essa parceria escola família seja essencial, cada um desses setores deve conservar suas particularidades.

Uma vez que todos os setores da educação estejam conscientes de seus papéis, a escola poderá contribuir melhor para o aprimoramento da capacidade cognitiva e afetiva da criança, contando com a ajuda da família. Para que a criança se sintam protegidas e capazes de aprenderem, convém às famílias contarem com o apoio das escolas, melharem também o relacionamento com os filhos. Desta forma a criança sentir-se-á capaz e protegida para aprender. (SCOZ, 2000)

As comunicações entre família e escola deveriam ser mais estudadas porque ambas precisam uma da outra. A interação entre família e escola não deveria ser reduzida apenas a reuniões formais e contatos rápidos, mas ocorrer regularmente em momentos de maior intercâmbio nos quais a família pudesse efetivamente participar do cotidiano da escola.

É importante salientar que o fracasso ou o sucesso escolar de cada aluno é influenciado por diversos fatores, sendo o envolvimento da família com a escola apenas um deles, visto que a cultura familiar, as oportunidades vividas pelos alunos também devem ser assinaladas. As expectativas de pais e mães em relação ao futuro são fatores que podem cooperar ou não para que estas crianças estejam motivadas para um bom desempenho escolar. É provável que uma investigação da história de vida escolar dos pais e mães destes escolares aponte os fatores relacionados com o tipo de relação que esta família desenvolve com a escola e a origem dessas expectativas.

Caetano (2005), explica que a necessidade de se estudar a relação família e escola se sustenta e é reafirmada quando o professor se esforça por considerar o aluno, sem perder de vista o ser total, ou seja, compreendendo que quando se ingressa no sistema escolar, não se deixa de ser filho, irmão, amigo etc.

Segundo Paro (2000), o distanciamento entre escola e família não deveria ser tão grande, pois para ele, a escola não "assimilou quase nada de todo o progresso da psicologia da educação e da didática, utilizando métodos de ensino muito próximos e idênticos aos do senso comum predominantes nas relações familiares". (p. 16)

A compreensão do seu relato fundamenta-se no fato de que a atual escola dos filhos, é muito semelhante com a escola que os pais cursaram, e por isso, estes não deveriam sentir-se tão distantes do sistema escolar, e também o professor, embora admita a necessidade da participação dos pais na escola, não sabe bem como encaminhá-la.

Nogueira; Romanelli; Zago (2000), relatam um conjunto de pesquisas, cujos resultados, são imprescindíveis aos educadores, na medida que oferecem aspectos para reflexão e análise sobre o funcionamento do sistema escolar, privilegiando o ponto de vista da sua abordagem intrincada com a família, até então, embutida geralmente na comunidade. Tais pesquisas apresentam alguns pontos comuns; entre eles a "ausência de uma tradição de estudos sobre as relações que as famílias mantêm com a escolaridade dos filhos" e o "[...] relativo consenso, entre os autores, de que se trata de uma relação complexa e, por vezes, assimétrica, no que diz respeito aos valores e objetivos entre essas duas instituições [...]".(p.9)

Nas considerações de Paro (2000), ele declara que, além de contratempos como professores mal formados, a escola tem falhado também e principalmente

“porque que não tem dado a devida importância ao que acontece fora e antes dela, com seus alunos.” (p.15)

Apesar dos inúmeros aspectos essenciais na relação família escola, fatores estes como se observa, principalmente de ordem afetiva e moral, nota-se que a tarefa de se construir uma parceria entre escola e família se faz mister, uma vez que a escola não afirma ou talvez jamais tenha sustentado a posição de substituta da família na função educadora, tão pouco, lhe caberá adotar uma conduta de resistência e rivalidade, assentada em uma proximidade unilateral, que venha a sujeitar à família, a partir da desmedida consideração de uma possível ignorância e inaptidão desta última para educar e socializar.

A escola também precisa dessa relação de cooperação com a família, pois os professores necessitam compreender as dinâmicas interna se o universo sócio-cultural experienciados pelos seus alunos, para que possam respeitá-los, compreendê-los e tenham condições de intervirem no providenciar de um desenvolvimento nas expressões de sucesso e não de fracasso diagnosticado. Precisam ainda, dessa relação de parceria para poderem também compartilhar como família os aspectos de conduta do filho: aproveitamento escolar, qualidade na realização das tarefas, relacionamento com professores e colegas, atitudes, valores, respeito às regras.

Muitas são as demandas que se colocam para a escola hoje. Ter por função apenas “transmitir os conhecimentos acumulados pelas gerações passadas” deixou de ser a muito tempo a função da escola, embora haja controvérsias e polêmicas sobre o que, concretamente, essa instituição está fazendo na atualidade, principalmente para com os filhos das classes menos favorecidas da sociedade. Porém, é inegável que as demandas e as exigências da sociedade em relação à escola, aumentaram muito.

O que se deseja, segundo a proposta de Alarcão (2001), muito difundida e aceita hoje, é uma escola reflexiva, que se pensa continuamente a si própria, revendo sua função social e organizativa, buscando proporcionar ambientes formativos que favoreçam o cultivo de atitudes e capacidades que permitam ao indivíduo viver, conviver e intervir em sociedade, em interação com os outros cidadãos.

Diante dessa multiplicidade de funções, que abrange a formação de um cidadão, capaz de agir e de interagir no mundo em que vive, não apenas com

competências cognitivas desenvolvidas, mas, principalmente, com aquisições também afetivas, pessoais e sociais, que lhe possibilitem atitudes e valores positivos para uma transformação social efetiva, que torne o mundo globalizado menos excludente e mais humano, percebe-se que a escola não pode trabalhar sozinha.

É imprescindível que a escola se una a outras instituições sociais como: família, pastoral da criança, Ongs, etc, para cumprir melhor o seu papel. Dentre essas instituições sociais com condições de contribuir efetivamente para que a escola cumpra seu papel, entendemos ser a família a mais abalizada, até mesmo pelas funções formativas que também possui, embora tenhamos que reconhecer que a mesma também passa por profundas transformações na sociedade atual.

Porém, mesmo com todas as transformações pelas quais a família vem passando, ela continua sendo uma instituição fundamental e basilar para o desenvolvimento do ser humano, sendo a primeira que vai referendar a proteção e a socialização do indivíduo, se constituindo como a primeira possibilidade de aprendizagens afetivas e de relações sociais. Proporcionar condições de igualdade, entretanto, na efetiva construção dessa relação, das duas instituições, isto é, estabelecendo-se uma parceria, onde a participação dos pais seja real, diferente daquela participação, onde enviam uma contribuição mensal, onde colaboram comprando rifas, ou vêm à escola para ouvirem a professora contar das inúmeras dificuldades dos filhos, é um dado presente na maioria das pesquisas: que relatam o paralelismo entre as duas instituições, rompidos por raros e frágeis pontos de intersecção.

Estamos falando de uma relação muito complexa, todavia, ainda estamos longe de sanar as dificuldades que encontramos ao confrontar família, escola e professores. Examinar a família e o relacionamento entre seus membros é algo extremamente complexo, que requer uma análise detalhada, uma vez que a rede familiar está inserida num contexto sócio-histórico e sofre influências de problemas oriundos do ambiente externo, que interferem direta e/ou indiretamente no cotidiano familiar e revelam-se na união com os filhos, podendo assim aliviar tensões ou ampliá-las.

Lisondo (2003) comenta que o professor, além de ser um modelo de identificação, deveria ser uma agente de saúde mental, pois se encontra num lugar privilegiado para observar. Para realizar tal façanha, o professor deve conhecer a si

próprio, entrar em contacto com seu mundo emocional para ampliar sua consciência e sua habilidade de percepção psíquica.

8 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

7.1 Apontamentos sobre os procedimentos metodológicos

O questionário, de caráter descritivo e qualitativo, fechado, foi distribuído a 40 pais, das familiares de alunos que freqüentam o Ensino Fundamental das escolas pesquisadas. Os pais analisaram e responderam as questões de acordo com seu entendimento.

O trabalho de campo aconteceu no primeiro bimestre de 2009 e consistiu da aplicação de um questionário que passou por inúmeras leituras com o intuito de organizá-lo em categorias para análise, selecionando o que é significativo. Tem-se a consciência do fato, destacado por Ludke; André (1986, p. 25), de que “a mente humana é altamente seletiva”, apontando a probabilidade de que, “ao olhar para um mesmo objeto ou situação, duas pessoas enxerguem diferentes coisas. O que cada pessoa seleciona para ‘ver’ depende muito de sua historia pessoal e principalmente de sua bagagem cultural [...]”. A afirmação das autoras refere-se à observação como método de coleta de dados. Acredita-se que essa constatação também é valida para o momento em que o pesquisador se depara com inúmeras assertivas coletadas nos questionários e precisa teorizá-los. A coleta de dados, considera não apenas o cotidiano escolar, mas também em relação ao atendimento dos pais pela escola, reuniões de pais organizadas pelos professores juntamente com a gestora da unidade escolar e a questão do interesse da família pela escola.

Abaixo apresento os resultados da pesquisa agrupados por respostas. Na seqüência, e em função dos limites de tempo colocados para a realização desse trabalho, analisei alguns pontos que considerei mais significativos entre as respostas catalogadas.

7.1 Dados da Pesquisa

A seguir apresentamos as questões pesquisadas e uma primeira classificação das respostas coletadas.

Questão nº 1 - Em que momentos considera importante a participação dos pais na escola?

- Quando convocado (4)
- Quando são chamados por problemas com os filhos (4)
- Reuniões por série, palestras, jogos escolares, festividades, promoções, exposições, feiras de ciências (25)
- Sempre que tem necessidade de conversar com os professores e gestores em relação ao aprendizado do filho (3)
- Nunca freqüentam a escola (2)
- Em reuniões ou assembléias (2)

Questão nº 2 - O que a escola oferece para que aconteça a *participação* dos pais na escola?

- Reuniões, assembléias e entrega de boletins (11)
- Chama quando há problemas com o filho (2)
- Promoções, jogos escolares, dias culturais, gincanas (19)
- Poucas oportunidades (2)
- Conselhos escolares (3)
- No dia a dia, sempre que os pais acharem necessário (2)
- Não responderam (1)

Questão nº 3 - Você gostaria de participar das decisões tomadas na escola? Por quê?

- Não. Porque para isso já tem o conselho escolar. (2)
- Sim. Para ajudar na melhoria da educação que é oferecida na instituição (18)
- Sim. Porque é um direito do cidadão. (4)
- Sim. Para conhecer e ajudar a escola em todos os aspectos, principalmente para melhoria da educação. (11)

- Não, pois não dispõe de tempo. (2)
- Não porque os que atuam na escola é que são os responsáveis. (3)

Questão nº 4 - Quais são suas sugestões para a comunidade participar ativamente da vida da escola?

- Visitando a escola e acompanhando os filhos (5)
- Não responderam (2)
- Pela atividade como; gincanas, teatros, festivais, seminários, recitais, dias culturais (12)
- Projetos como manter a cidade limpa e outros envolvendo os pais (3)
- Incentivar os filhos para participar e colaborar com a escola (4)
- Mais convites para os pais participarem na escola (4)
- Assistir aulas, conhecer os professores e o projeto político pedagógico da escola (2)
- Grupos de mães para ajudar na merenda, na horta e nas promoções (2)
- Participando sempre que a escola necessite de ajuda (4)
- Realizando trabalhos voluntários (2)

Questão nº 5 - Em sua opinião, a qualidade de ensino da escola pode melhorar com a participação da comunidade (pais, alunos, professores, associação de moradores) na vida da escola? Por quê?

- Sim. Porque se todos participarem haverá mais incentivo (12)
- Não. A qualidade depende do corpo docente e do projeto de ensino. (2)
- Não. Responderam. (2)
- Sim. Pois os pais podem contribuir na melhoria da educação (15)
- Sim. Porque quanto mais gente ajudando melhor será o resultado (6)
- Sim. Pois todos podem contribuir para a socialização do conhecimento (3)

Questão nº 6 - O que você entende por *gestão democrática*?

- Prevalece o que a maioria decide (2)
- O diretor comunica as decisões a todos (1)
- Participação de todos os segmentos envolvidos na gestão da escola (10)
- Onde todos podem participar dando sua opinião e sendo respeitados (9)

- Desenvolvimento de todas as atividades escolares com aprovação dos pais e dos alunos. (5)
- Gestão popular e democrática (4)
- É administrar a escola junto com todos. (5)
- Não tem conhecimento ou não souberam definir. (9)

Questão nº 7 - Em sua opinião, qual o trabalho do diretor ou diretora na escola?

- Manter a ordem, a organização, a disciplina e o respeito na escola. (8)
- Administrar, supervisionar e direcionar metas e objetivos da escola. (10)
- Tomar decisões com os professores e o conselho escolar. (3)
- Acompanhar e fiscalizar o Projeto de Ensino Aprendizagem da escola. (4)
- Prestar serviço com responsabilidade e qualidade. (2)
- Coordenador das ações da escola e mediador do processo de gestão democrática, possibilitando a integração de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar. (11)
- Tem que ser democrático, dinâmico, flexível, alegre e companheiro dos alunos (2)

8.3 O que revelam os dados

Com o propósito de não identificar os pesquisados, atentando a dimensão ética da pesquisa e também para que pudéssemos garantir “um expressar-se” com maior liberdade, vou me referir aos participantes da pesquisa de modo genérico, sem identificar os pesquisados.

Analisando as respostas dadas pelos pais ao questionário, quanto a sua participação e seu conhecimento acerca das questões da pesquisa. Procurei compreender as respostas dos participantes em relação a tais temas, intercalando comentários referenciados ao Projeto Político Pedagógico das escolas, finalizando com algumas reflexões sobre a visão dos pesquisados. É notável também as divergências, convergências e contradições ligadas a Gestão Democrática e seus princípios.

8.3.1 Sobre participação e seus significados

O questionário compreendeu perguntas relacionadas ao tema da participação das famílias na escola.

Vinte e cinco dos quarenta pais pesquisados apontou que consideram importante a participação dos pais na escola nas “reuniões por série, palestras, jogos escolares, festividades, promoções, exposições; feiras de ciências”. Isso também foi ressaltado na questão sobre o que a escola oferece para que a participação dos pais aconteça. Dezenove pais responderam que a escola oferece “promoções, jogos escolares, dias culturais, gincanas”.

Se a própria escola reclama a presença dos pais somente em eventos de cunho recreativo, nas feiras e exposições, nos momentos de entrega de avaliação, ou mesmo para simplesmente apontar as dificuldades dos filhos, isso contribui para reproduzir uma visão de escola fechada em si mesma. Cabe ao gestor *chamar para si* essa tarefa de estimular os pais a avaliar o projeto pedagógico da escola, a intervir nas ações e criar um novo ambiente no qual “a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não dos desafios imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira” (NAVARRO et al, 2004, p. 37).

Outro problema também constatado na pesquisa é que muitas vezes os pais não sabem quais trabalhos e projetos a escola vem desenvolvendo e qual é sua proposta pedagógica. Isso dificulta muito o envolvimento dos pais com a instituição. Incrementar os espaços e tempos nos quais os pais já participam e criar novos espaços de diálogo, oportunizando e garantindo voz e poder de decisão aos pais, parece ser um caminho para que eles se interessem do que está sendo feito tanto em termos administrativos quanto educacionais na instituição.

8.3.2 A participação dos pais e a qualidade da educação

Quando indago os pais a respeito de seus desejos, disponibilidade de participar das decisões da escola, dezoito familiares responderam que havia interesse “para ajudar na melhoria da educação que é oferecida na instituição” ou “para conhecer e ajudar a escola em todos os aspectos, principalmente para melhoria da educação.” Entretanto, um conjunto de respostas indicou a

indisponibilidade de tempos para auxiliar ou afirmou que “os que atuam na escola é que são os responsáveis” (três respostas).

Paro (2000) diz que a escola deve utilizar as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Agindo dessa maneira a família passará a se sentir comprometida com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento do educando como ser crítico e pensante.

No Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) em seu Artigo 53, parágrafo único, diz que “é direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”, ou seja, está prescrito no Estatuto da Criança e do Adolescente como é importante a convivência da família no contexto escolar.

Nessa mesma direção, Spodek; Saracho (1998) destacam que as relações entre as escolas e os pais são variadas, assim como o tipo de escolas existentes e as comunidades que elas atendem.

Dessa maneira, o envolvimento dos pais com a instituição escolar deve ser visto de forma ampla, como uma gama de alternativas nas quais a escola e a família podem analisar e descobrir a mais adequada e necessária. A troca e compartilhamento de informações são meios que podem ser usados para a aproximação entre pais e escola.

Spodek; Saracho (1998, p. 167) afirmam que:

O envolvimento dos pais na educação das crianças tem uma justificativa pedagógica e moral, legal. Quando os pais iniciam uma parceria com a escola, o trabalho com as crianças pode ir além da sala de aula, e aprendizagem na escola e em casa possa se complementar mutuamente.

Considero importante construir uma escola onde todos tenham voz e vez. Essa é a função social da escola pública, qualificar-se de tal maneira que a opção da população pelo ensino público seja pelo critério de sua qualidade. (GRAMSCI, 2004). Acredito que um dos pressupostos para a mudança é o crédito às novas relações, mesmo que isso signifique alguma insegurança e incerteza, na medida em que se abre mão de certos posicionamentos, procedimentos e lugares “mais seguros”.

Diariamente temos nas secretarias das escolas alunos que não participam das atividades em sala de aula, alunos que não realizaram o tema de casa, alguns que apresentam dificuldades de aprendizagem, e alguns por causa de bagunça. Aí vem a pergunta o que fazer com estes alunos? Ouve-se falar que os pais estão insatisfeitos com a escola e a escola também esta insatisfeita com eles.

Nota-se pela pesquisa que dezenove dos quarenta pais entrevistados vão para a escola quando ocorrem atividades diferenciadas. Estas procuram envolver os pais em diferentes etapas, visando que os mesmos participem de forma ativa da vida escolar, não apenas para tratar direta e exclusivamente da aprendizagem e do comportamento dos filhos.

Por outro lado, é preciso considerar também que cada contato que os pais fizerem com a instituição escolar para saber sobre o andamento de seus filhos, seja por telefone ou pessoalmente, para fazer cobranças ou para elogiar, faz com que um vínculo seja criado, causando uma parceria que tem com objetivo o pleno desenvolvimento dos filhos.

Se, do ponto de vista histórico, como vimos anteriormente, a relação entre escola e família foi pautada por um progressivo afastamento, essa parceria é algo que as escolas vem almejando muito contemporaneamente. É muito difícil construir uma escola de qualidade e alunos bem formados sem a contribuição dos pais, numa relação de mutua determinação na formação do ser humano como cidadão.

O diálogo com o professor e com o gestor pode ajudar e muito os pais a resolverem certas dificuldades encontradas no processo de educação das gerações mais novas. Vimos aqui que a escola necessita de ser mais democrática, não apenas no que se refere ao encaminhamento de soluções para os problemas de comportamento e de ensino aprendizagem, mas também no que se refere aos aspectos administrativos em sentido amplo. E o papel do gestor é muito importante nesse processo, ajudando esses pais a se aproximarem cada vez mais da escola, não os rotulando e os culpabilizando pelos eventuais problemas causados pelos filhos. Cabe a escola encontrar meios para trazer esses pais para o âmago dos processos decisórios da instituição. Os próprios dados da pesquisa apontam nessa direção, na medida em que, dos quarenta pais pesquisados, trinta e três gostariam de participar das decisões tomadas na escola. Cabe aqui ressaltar a importância da gestão democrática na escola, criando um ambiente propício que estimule a

participação de todos os envolvidos na escola, pais, alunos, professores, gestores, funcionários, apoio pedagógico e toda a comunidade escolar.

Cabe a escola e ao gestor escolar promover um trabalho de conscientização, esclarecimento e conhecimento dos diferentes mecanismos de participação e sua importância para a aprendizagem dos alunos, no sentido de ressaltar que participar da vida escolar não é apenas ajudar ou assumir funções ou realizar tarefas, mas sim trabalhar junto com a escola em todos os momentos, desde exigir dos governantes uma educação de qualidade e a aplicação de políticas e recursos para esse fim, bem como a participação na gestão colegiada, de forma a garantir a autonomia e a livre expressão de idéias e interesses.

8.3.3 O trabalho do gestor escolar

Com relação ao trabalho do gestor, os pais destacam o compromisso de “manter a ordem, a organização, a disciplina e o respeito na escola” (oito pais); “administrar, supervisionar e direcionar metas e objetivos da escola” (dez respostas). Outros onze definiram o gestor como coordenador das ações da escola e mediador do processo de gestão democrática, possibilitando a integração de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar.

O processo de gestão implica na participação coletiva e sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares e a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do projeto político-pedagógico.

Como dito anteriormente, a função de diretor escolar no Brasil tem se constituído, historicamente, como uma função burocrática. Além de garantir o bom andamento das atividades no interior da escola, verificando se professores e funcionários estão realizando suas tarefas adequadamente, o diretor é aquele que, em geral, responde às instâncias superiores do sistema de ensino (secretarias municipais e estaduais), dando conta do que se passa dentro da escola. Essa parece ser a visão majoritária dos pais a respeito do papel do gestor escolar na instituição pesquisada.

A gestão democrática é, antes de tudo, uma abertura de diálogo e a abertura de caminhos mais conseqüentes com a democratização da escola brasileira em razão de seus fins maiores premistos na Constituição Federal, de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Portanto, para que haja a participação efetiva dos membros da comunidade escolar, é necessário que o gestor, em parceria com o conselho escolar, crie um ambiente propício que estimule trabalhos conjuntos, que considere igualmente todos os setores, coordenando os esforços de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais envolvidos no processo educacional.

A democratização começa no interior da escola, por meio da criação de espaços nos quais professores, funcionários, alunos, pais de alunos etc. possam discutir criticamente o cotidiano escolar. Nesse sentido, a função da escola é formar indivíduos críticos, criativos e participativos com condições para participar criticamente do mundo do trabalho e de lutar pela democratização da educação em nosso país.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre a família e a escola ainda é complicada, pois a família hoje tem estruturas diferentes de épocas passadas, alguns laços familiares estão rompidos e muitos pais/mães fazem muitas vezes os dois papéis. Ao analisar cada família, o tipo de moradia e a comunidade a que eles pertencem, pois devido à dificuldade de horário dos pais a necessário, aproveitei a oportunidade em que os professores estão recolhendo as falas dos pais para realizar o Tema Gerador, indo até a residência deles para a realização da aplicação do questionário, observei também o problema do mundo moderno em que vivemos os pais trabalham muito, às vezes até em dois empregos e a mãe também está trabalhando para melhorar a renda da família ou aumentar sua auto-estima.

Refletindo sobre essa experiência pude perceber que é possível fortalecer a relação família e escola com atividades simples, como acolher bem os pais, escuta-los, envolve-los no cotidiano da escola. Esse encorajamento é muito importante tanto para a escola como para a família.

Com tudo isso a família está perdendo alguns momentos para a educação de seus filhos. No decorrer da pesquisa pude notar o quanto à aprendizagem no seio familiar é importante para a criança.

Analisando as respostas concluí que a pesar de muito ter se discutido sobre o tema, o conhecimento dos pais ainda é restrito, sobre como deve ser a participação deles na escola, muitos pensam que isso se dá apenas de forma a colaborar ou participar de eventos e promoções, ou quando solicitados pela mesma para resolver problemas com os filhos.

Esses elementos nos levam a pensar no próprio conceito de participação e nas formas históricas como a escola vem desenvolvendo suas relações com as famílias, expressadas nos questionários. Mas também, é sobretudo, nas próprias ações promovidas pela escola, as quais denominam de “participação”.

A própria escola, reclama a presença dos pais somente em eventos de cunho recreativo, nas feiras e exposições, nos momentos de entrega de avaliação, ou mesmo para simplesmente apontar as dificuldades dos filhos, isso contribui para reproduzir uma visão de escola fechada em si mesma. Conclui-se que a escola tem oferecido poucas oportunidades para que esses pais participem realmente do dia a dia da escola, o que tem favorecido o afastamento deles na tomada de decisões importantes, no que diz respeito a educação de seus filhos. Portanto é preciso convocar todos os envolvidos, para que realmente venham fazer parte da escola, iniciando um projeto que vise realmente a participação na construção de uma escola democrática é muito mais que debates e pesquisas é preciso concretizar as ações no dia a dia da escola. Assim, além de garantir a participação de toda a comunidade escolar, é deixar claro que cada um tem a sua função na educação e que se todos forem comprometidos com a mesma o ensino ganhará grandes parceiros. Sendo um dos principais a família.

Freud (apud Ferrari e Vecina, 2002) ressalta a tarefa da socialização da família, sua contribuição para a formação da personalidade dos indivíduos mediante a constituição dos vínculos afetivos. Para o autor o psíquico não é algo dado por natureza, mas fruto de uma construção cultural que ocorre ao longo do desenvolvimento da vida.

Muitos problemas de indisciplina e aprendizagem só poderão ser resolvidos quando a escola, seus gestores e principalmente o docente conhecer melhor seu aluno através da família que é a formadora de valores e responsável pela construção da identidade de cada um.

É importante que a escola valorize a cultura de cada família e a comunidade onde seus alunos estão inseridos, podendo desse modo trabalhar diretamente com a realidade de cada um, respeitando os seus conhecimentos primários que devem ser passados pela família.

REFÊRENCIAS

ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung. **Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública.** 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001 – (Coleção polêmicas do nosso tempo; v. 56).

BELTRÃO, Ierecê Rego. **Corpos Dóceis, Mentas Vazias, Corações Frios.** Didática: o discurso científico do disciplinamento. São Paulo: Imaginário, 2000.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BORDIGNON, G. GRACINDO, R. V. **Gestão da Educação: o município e a escola.** In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. (orgs.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC/ SEF, 1996

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriulares Nacionais.** Brasília: MEC/ SEF, 1998.

_____. **Plano Nacional de Educação.** Lei nº 10.172/2001 de 9 de janeiro de 2001. Brasília: MEC/ SEF, 2001.

CAETANO, L. M. **Relação escola – família: uma proposta de parceria.** Dialógica - Revista Acadêmica Digital dos Cursos de Pedagogia e Comunicação Social da FAM – Faculdade de Americana. Ano 1, v. 1, jul./dez., 2005.

CECCON, C.; OLIVEIRA, M.; OLIVEIRA, R. **A vida na escola e a escola da vida.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FERRARI, D.C.A., VECINA, T.C.C., **O Fim do Silêncio na Violência Familiar: teoria e pratica.** São Paulo: Ágora, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos.** Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LISONDO, A . B. D. No fim do milênio: por que é cada vez mais difícil aprender? In: OLIVEIRA, M. L. (org.) **Educação e psicanálise: história, atualidade e perspectivas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

LOPES, Vanessa Gomes, **Linguagem do Corpo e Movimento**. Curitiba, PR: FAEL, 2006.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUCK, Heloísa. A dimensão participativa da gestão escolar. **Gestão em Rede**. São Brasília, n. 9, p. 13 – 17, ago. 1998.

MANTANDON, Cléopâtre; PERRENOUD, P. In. FILHO, L.M.F. **Para entender a relação família-escola: uma contribuição da história da educação**. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 10 jun. 2004.

MARTINS, Vicente. **O papel do Estado e da família, 2004**. Disponível em: <www.psicopedagogia.com.br>. Acesso em: 26 jun. 2005.

MATURANA, Humberto. **Formação Humana e Capacitação**. Vozes: Petrópolis, RJ, 2000.

MCLAREN, Peter. **A Vida nas Escolas**: uma introdução á pedagogia crítica nos fundamentos da educação. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MEDINA, Mininni Naná Elementos para a introdução da dimensão ambiental na educação escolar, 1º grau". In: **AMAZÔNIA: UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**. Brasília, IBAMA, 1994.

NAVARRO, I.P. et al. **Conselhos escolares**: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: MEC/SEB, 2004.

NOGUEIRA, M. A.; ROMANELLI, G.; ZAGO, N. **Família e escola. Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis: Vozes, 2000.

NOAL, Fernando Oliveira. A sociedade global e suas múltiplas faces. Proposta de Porto Alegre, 2000 (Caderno Temático 17 Educação Ambiental).

OUTEIRAL, J.; CERZER, C. **O mal-estar na escola**. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PARO, Henrique Vitor. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. In: **Temas em Educação I** - Livro das Jornadas 2003. Futuro – Congressos e Eventos. 2003.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Editora Arte Médicas Sul Ltda, 1998.

SAVATER, Fernando. **O valor de Educar**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SCOZ, B. J. L. **Psicopedagogia e realidade escolar**: O problema escolar e de aprendizagem. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SETTE S.S., AGUIAR M.A., SETTE J.S.A.S – Vivência na Escola- integração teórica-prática na formação de recursos humanos para Informática na Educação. In. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO – SBIE, 2000, Maceió. – **Anais do SBIE** – SBC, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. **O currículo como fetiche**: a poética e política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SPODEK, Bernard; SARACHO, Olívia N. **Ensinando crianças de três a oito anos**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. A avaliação e o desafio da aprendizagem e do desenvolvimento humano. In: BADEJO, Maria Lucia. **Pátio Revista Pedagógica**, Ano VII, n. 26, mai/jul. 2005 p. 19 - 23.

WEIL, P. **A criança, o lar e a escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

www.ibge.gov.br/home/estatistica. 2008.

ANEXOS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Prezados pais

Inicialmente, gostaria de agradecer sua colaboração em dispor uma parte do seu tempo para responder a este questionário.

Com este instrumento de pesquisa pretendo dar andamento à pesquisa intitulada: **Participação dos pais nas escolas urbanas do ensino fundamental no município de Anchieta-SC: anos iniciais**, tendo a orientação do Prof. Ms. Claudio E.G. Dutra. Curso de Pós-Graduação, Especialização em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria.

Atenciosamente

Ivonete Recalcati

1- Em que momentos você considera importante a participação dos pais na escola?

.....
.....
.....

2- O que a escola oferece para que aconteça a *participação* dos pais na escola?

.....
.....
.....

3- Você gostaria de participar das decisões tomadas na escola? Por quê?

.....
.....
.....

4- Quais são suas sugestões para a comunidade participar ativamente da vida da escola?

.....
.....
.....

5- Em sua opinião, a qualidade de ensino da escola pode melhorar com a participação da comunidade (pais, alunos, professores, associação de moradores) na vida da escola? Por quê?

.....
.....
.....

6- O que você entende por *gestão democrática*?

.....
.....
.....

7- Em sua opinião, qual o trabalho do diretor ou diretora na escola?

.....
.....
.....